



PSICANÁLISE

Sandra Luzia de Souza Alencar

Do luto impedido ao luto coletivo

Um caso clínico-político

Blucher

▲ Série
Dor e Existência

DO LUTO
IMPEDIDO AO
LUTO COLETIVO

Um caso clínico-político

Sandra Luzia de Souza Alencar

Do luto impedido ao luto coletivo: um caso clínico-político

© 2024 Sandra Luzia de Souza Alencar

Editora Edgard Blücher Ltda.

Série Dor e Existência, organizada por Cibele Barbará,

Miriam Ximenes Pinho-Fuse e Sheila Skitnevsky Finger

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenador editorial Rafael Fulanetti

Coordenação de produção Andressa Lira

Produção editorial Ariana Corrêa

Preparação de texto Ana Maria Fiorini

Diagramação Negrito Produção Editorial

Revisão de texto Maurício Katayama e MPMB

Capa Leandro Cunha

Imagem da capa *Escrever sobre o dia à noite, 2022*, gravura em metal
(mezzotinta), de Greta Coutinho

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme

6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua*

Portuguesa, Academia Brasileira de Letras,

julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por
quaisquer meios sem autorização escrita da
editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard
Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Alencar, Sandra Luzia de Souza

Do luto impedido ao luto coletivo : um caso
clínico-político / Sandra Luzia de Souza Alencar
– São Paulo : Blucher, 2024.
288 p. (Série Dor e Existência)

Bibliografia

ISBN 978-85-212-2362-7

1. Psicanálise. 2. Luto. I. Título.

24-2025

CDD 150.195

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise

Conteúdo

Introdução	25
Parte I. Caso clínico-político e o território	49
1. O silêncio de Flor: amor, dor e resistência na experiência do luto em situações de violência	51
2. A experiência do luto em situações de violência: qual o lugar do e para o luto?	81
Parte II. Cálculos dos valores de vida e de morte	103
3. Circunstâncias da perda e lutos impedidos	105
4. Lugar do luto impedido: “no entre duas mortes”	155
5. Valor ou importância no tempo de vida e das vidas	169

6. Vidas em segredo	183
Parte III. Uma experiência em saúde pública e o método clínico-político	197
7. O singular do caso que recorta o coletivo e a dimensão política do sintoma	199
8. Considerações finais	227
Notas	239
Posfácio	249
<i>Ana Gebrim</i>	
Pós-escrito	257
Referências	261
Anexo A	
Nunca acreditei na Justiça, desabafa mãe de Acari	275
Anexo B	
Major do Bope ironiza morte de sequestrador do 174	277

Introdução

As indagações e problematizações que apresento partiram da minha prática clínica em um serviço público de saúde mental, iniciada em 2003. Contudo, anteriormente a esta experiência trabalhei em instituições da área da assistência social que realizavam atendimentos a crianças e adolescentes em situação de rua. Assim, testemunhava condições precárias do existir, as quais portavam ameaças e perigo à vida que, muitas vezes, se efetivavam. Nas ruas das grandes cidades, crianças e adolescentes *desaparecem* sem que os poderes públicos respondam por estas vidas e mortes. São mortes que ocorrem anonimamente. Posteriormente ao trabalho de escuta, nas ruas, daquelas crianças e adolescentes, trabalhei no sistema penitenciário do estado de São Paulo, incluindo o hospital penitenciário. Os efeitos deste sistema nos homens que cumprem sentença prisional foram objeto de outro estudo que desenvolvi,¹ no qual indaguei sobre as determinações do tempo cronológico que compõem a pena de prisão e seus efeitos subjetivos. As

1 *Tempos de prisão: seus efeitos na subjetividade* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo], 2001.

perguntas sobre a temporalidade, ali implicadas, levaram ao tempo (de vida) que a sentença prisional, em tempo-espaço, subtrai de quem praticou um delito. Assim, a indagação se voltava para o impacto dessa subtração, para o modo como esta perda de tempo (de vida) era subjetivada. Questão complexa, que colocava a implicação de um saber sobre a perda. Contrária e contraditoriamente a este reconhecimento, a perda sofrida era recalcada. E, no momento de finalização do trabalho desenvolvido, um novo fenômeno se apresentava, a morte de homens que adentram no sistema prisional para cumprir uma sentença espaçotemporal, mas que, em muitos casos, jamais saem da prisão, pois nela morrem. Fenômeno que também era subnotificado e as mortes que ocorriam dentro do sistema prisional ou vinculadas a ele, processo que invisibiliza a relação entre as mortes e esse sistema.

Retomar essas referências, no contexto da presente discussão, tem como objetivo chamar a atenção para produções sociais de mortes e, com isso, apontar que, longe de serem processos naturais, a vida e a morte sofrem determinações econômicas, sociais e políticas. Tempo de vida e condição de vida estão intrinsecamente relacionadas.

Em subsequente experiência profissional, agora desenvolvida no espaço de um serviço público de saúde mental, a perda por morte novamente se apresentou e revelava sua determinação social. Nessa unidade de saúde, muitas das demandas por atendimento psicológico estavam relacionadas a sofrimentos desencadeados por situações de violência. Situações que envolviam crianças, adolescentes e adultos, provenientes de contextos diversos, como de escolas e casos relacionados aos Conselhos Tutelares. Neste novo contexto, foi a partir de casos, geralmente de mulheres, que eram faladas ou se apresentavam com diagnóstico de depressão, que um fenômeno foi se revelando, a perda que essas mulheres sofriam ou haviam sofrido, mas que ficava subsumida nos discursos que

circulavam no serviço de saúde. Muitas vezes, até a chegada à unidade de saúde, essas mulheres haviam feito percursos institucionais em que se processava uma cisão entre perda e sofrimento, de tal modo que sofria recalcamento a relação entre seu adoecimento e a perda sofrida. Processo que levava da dissociação entre o adoecimento e a perda sofrida à dissociação entre morte e perda e que tinha como uma de suas consequências o silenciamento das mães. Ordem de silenciamentos que oprimiam novamente e produziam sintomas. Se o que pude escutar daquelas mulheres era a perda de seus filhos por mortes em situações de violência, a negação de valor e importância à vida de seus filhos era mais violência sobre elas. As mortes de seus filhos mostravam corte de classe e étnico-racial.

A partir do que diziam as mães, o que se apresentava era que, em caso de morte violenta, em contexto de desigualdade social, em que a pessoa morta é suspeita ou autor de ato delitivo, sua morte deixa de contar como uma vida perdida e o Estado deixa de ser responsável por assegurar ações de segurança pública para todos, pois há os que ficam excluídos desse direito. Assim, comumente, não há averiguação ou mesmo registro dessas mortes, com responsabilização dos envolvidos. É neste contexto social e institucional que determinadas vidas desaparecem sem deixar marca e sem se constituir em vida perdida. Como desdobramento deste funcionamento, opera uma colagem entre suspeito ou autor de ato criminoso-delitivo e negação de que com a morte houve perda de uma vida humana. Que amálgama é esse que se processa sobre determinadas mortes e como ele incide sobre os familiares, mais especificamente sobre mães que perdem seus filhos em circunstâncias de violência?

A partir da escuta daquelas mulheres vinha à tona a morte de jovens, frequentemente, negros, moradores da periferia, cuja morte não recebia reconhecimento público de perda e, por vezes, era novamente invisibilizada e silenciada sob o diagnóstico de depressão. O complexo quadro das demandas por atendimento psicológico

feitas ao serviço apontava para o território e para os diversos setores das políticas sociais. No espaço de um serviço público de saúde iam se revelando particularidades para o luto nos casos de mortes em situações de violência.

Chauí, ao abordar a noção de violência, toma como base a etimologia da palavra, definindo a violência como ação de desumanizar; relação de objetificação e hierarquia que, por meio da força física, instrumentos ou posição, se estabelece como dominação e opressão sobre outro(s), pondo-o(s) na condição de objeto de satisfação de quem exerce a violência:

Etimologicamente, violência vem do latim vis, força e significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética por que trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como

*humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra.*²

As referências oferecidas por Chaui sobre o lugar e condições em que situações e relações violentas acometem os indivíduos somam no debate para lançar luz sobre como determinadas circunstâncias que marcam as mortes de jovens moradores das periferias, suspeitos ou acusados de práticas infracionais ou criminosas, são usadas para justificar, além da violência em que essas mortes ocorrem, o tratamento dado aos familiares, estabelecendo, assim, um *continuum* de violência. Estas referências também são encontradas em Butler e contam para delimitar a perspectiva de abordagem da situação de violência, que pode não só marcar a vida de determinadas pessoas ou grupos sociais, mas mesmo incidir de tal forma que se torna parte constituinte destas vidas:

A violência é seguramente uma pequena amostra da pior ordem possível, um modo aterrorizante de expor o caráter originalmente vulnerável do homem em relação a outros seres humanos, um modo pelo qual nos entregamos sem controle à vontade do outro, um modo pelo qual uma vida mesmo pode ser eliminada pela ação deliberada de outro. Na medida em que caímos na violência, atuamos sobre outro, pondo o outro em perigo, causando-lhe dano, ameaçando eliminá-lo. De algum modo, todos vivemos com esta particular vulnerabilidade, uma vulnerabilidade ante o outro que é parte da vida corporal, uma vulnerabilidade ante estes súbitos acessos vindos de outra parte que não podemos

2 Chaui, M. (1998). *Colóquio Interloquções com Marilena Chaui: ética e violência* (p. 2).

*prevenir. Entretanto, esta vulnerabilidade se exagera sob certas condições sociais e políticas, especialmente quando a violência é uma forma de vida e os meios de autodefesa são limitados.*³

Butler enfatiza que a violência é comumente associada a determinados territórios ou setores, de tal forma que se naturaliza esta associação e conseqüentemente a violência que se abate sobre seus moradores; processo que se evidencia pela corriqueira vinculação entre violências e grupos sociais, estabelecida segundo critérios étnicos, etários, econômicos, sociais e políticos. Considerar a violência como prática que se liga a determinados grupos ou indivíduos, conforme aqueles critérios, nega ou desconsidera a vulnerabilidade a que estes grupos ou indivíduos estão expostos de maneira mais dramática ainda que outros. E, neste sentido, Butler alerta para o que denomina distribuição geopolítica da vulnerabilidade corporal.⁴

A partir da escuta de familiares, o que se explicitava era a abordagem dispensada pelas instituições de segurança pública a determinadas mortes, cujo efeito era negar aos familiares o reconhecimento de que haviam sofrido uma perda, evidenciando que, para determinados setores da população, há disjunção entre morte e perda. Há um funcionamento social que trata determinadas mortes como política de segurança, revelando a contradição entre o que é experienciado pelos familiares nas instituições públicas e o que formalmente é estabelecido no texto das leis. É neste funcionamento institucional e social que se naturaliza a morte violenta de jovens, produzindo dissociação entre perda e morte.

3 Butler, J. (2009). *Vida precária: el poder del duelo y La violencia* (F. Rodriguez, Trad.; p. 55). Paidós. Todas as citações são traduções minhas.

4 Ibid.

Como desdobramento e continuidade da violência, aos familiares se negam mensagens de pesar e amparo, assim como os rituais, incluídos aí os religiosos, que entram em suspensão e não se mostram efetivamente disponíveis.

São situações que lançam os sujeitos em desamparo social e discursivo, conforme nos diz Rosa (2002) sobre a desproteção simbólica que se sobrepõe à social e que recai sobre sujeitos que vivem em situação de pobreza. Essas situações também mostram sua relação com os cinco sentidos de violência elencados por Chauí. Nestas condições, a que ou a quem atribuir a morte de um filho? Pergunta feita por uma mãe ao lhe ter sido negado o processo de averiguação sobre a morte do filho.

Em “Uma escuta psicanalítica de vidas secas”, Rosa toma como objeto de discussão os impactos e consequências do modelo econômico neoliberal sobre a subjetividade e os laços sociais, dando destaque ao risco de confrontação com o traumático como um de seus efeitos: “A exposição traumática é dupla: por um lado, sua ocorrência é facilitada; por outro, os recursos necessários à elaboração do trauma encontram-se diminuídos, promovendo efeitos de dessubjetivação”.⁵

As formulações de Rosa são aqui tomadas como uma das referências para as discussões sobre a experiência do luto em situação de violência, pois a autora aponta a dimensão de proteção das estruturas discursivas que conferem pertencimento às ideias e valores sociais e que resguardam o sujeito do real. Contrariamente a este lugar de proteção discursiva, o que familiares enunciavam era a exclusão que sofriam em nome das leis que deveriam oferecer proteção e amparo social, com isso sendo lançados em um percurso que os levava a um lugar de solidão e desamparo. Esta

5 Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica de Vidas Secas. *Textura: Revista de Psicanálise*, (2), 2.

exclusão que recai sobre os familiares os remete para fora dos laços compartilhados e nega pertencimento humano ao ente querido perdido. Isso que se pode escutar das *Mães de Acari* e de uma das mães atendidas no serviço de saúde acima referido. A cena em que encontrou o filho morto espelha uma condição que lhe retirava pertencimento humano, pois se assemelhava a um lugar em que se compara a um animal. Condição e imagem insuportáveis. Palavras que mostram o lugar ao qual o tratamento dado à morte de seu filho a remete, e que, ao encontrar com quem compartilhar, retiram-na do lugar de silenciamento e emudecimento mortíferos, como diz Rosa sobre a dimensão do traumático.

Nos casos dos quais partiram as questões aqui apresentadas, a condição de vítima era recoberta pela de suspeito-culpado, dadas as circunstâncias da morte. Acusações feitas *a priori* e independentemente de averiguação; omissão que revela uma posição política do poder público com múltiplas consequências para o enlutado e para os laços sociais. Com a escuta das mulheres no espaço de um serviço de saúde, o que foi se revelando era que, em determinadas circunstâncias de morte, o luto dos familiares sofre impedimento de um nome que confira dignidade ao seu objeto de amor e com o qual se possa recobrir o corpo morto que, sem um nome ou palavra, permanece insepulto; excesso de presença que impossibilita o passado e a memória. Contraditoriamente, são vidas que desaparecem sem deixar marcas. Vidas perdidas em segredo, que também foram vividas em segredo.

Pinho-Fuse, em seus estudos sobre rituais fúnebres, aborda a dessacralização da morte e a desritualização do luto. A autora, com base em alguns estudos históricos e antropológicos sobre a morte, destaca a importância dos rituais fúnebres para o que confere humanidade: “As práticas rituais correspondem assim a um exercício de dignidade humana, do mesmo modo que a ausência de qualquer tipo de cuidado do cadáver, em tempos de guerra, de regimes

ditatoriais ou de extermínio, implica uma das mais cruéis formas de negação da humanidade”⁶

O luto é um trabalho de simbolização da perda, muitas vezes, incessante. Simbolização que obedece à lei da cultura. Os rituais são histórica, social e culturalmente produzidos. São patrimônio humano e, com eles, o indivíduo recobre o real de sua perda. Mas, se as mortes, nas situações específicas de violência de que trata este estudo, se mantêm em um *continuum* no qual é reiterada a violência, a negação daquele patrimônio se constitui em mais uma dimensão da violência. Assim, com Butler,⁷ as questões aqui abordadas se voltam para o luto em uma distribuição social e política que, como era possível escutar dos casos que chegavam à instituição pública de saúde, podem sofrer impedimento.

À desigualdade social em que vivem determinados grupos e setores sociais, sobre os quais se abatem mortes evitáveis e que são naturalizadas, segue-se a desigualdade do tratamento dado aos familiares, com efeitos sobre o luto. O que está em questão na distribuição social e política do luto é revelador de quais vidas importam e *valem a pena* serem vividas.⁸

Tempos do luto: do ponto de partida à apresentação do texto

Passaram-se cerca de vinte anos entre o tempo das ações clínico-políticas que ensejaram a pesquisa e escrita da tese de doutorado intitulada *A experiência do luto em situação de violência: entre duas*

6 Pinho-Fuse, M. X. (2022). *Luto à flor da pele: tatuagens in memoriam em leitura psicanalítica* (p. 26). Blucher.

7 Butler, op. cit.

8 Ibid.

mortes, defendida em 2011, e a apresentação do texto atual, em forma de livro. Assim, é possível dizer que diversos tempos atravessam este livro.

Neste momento, ao retomar as discussões sobre o luto, um *acontecimento* atravessou nosso tempo: em 2020, fomos tomados de assalto pela pandemia de covid-19. No Brasil, a pandemia de covid-19 teve particularidades que agravaram exponencialmente esta crise sanitária. A consequência da pandemia, nas particularidades da realidade política brasileira, foi a morte de mais de 700 mil pessoas. Sabemos que, para além das mortes, a infecção pelo coronavírus deixou extensas sequelas em milhões de pessoas, as quais ainda são objeto de estudo e pesquisa.

Slavoj Žižek, em *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito*, entre tantas das acepções que toma para abordar o que constitui um acontecimento, nos diz:

Eis um acontecimento em seu estado mais puro e essencial: algo chocante, fora do normal, que parece acontecer subitamente e que interrompe o fluxo natural das coisas; algo que surge aparentemente a partir do nada, sem causas discerníveis, uma manifestação destituída de algo sólido como alicerce.⁹

Se em uma das acepções apontadas um acontecimento interrompe o fluxo natural das coisas, precisamos perguntar qual dimensão de acontecimento foi dada à covid-19. Pois sabemos que o governo brasileiro do momento declarou como excludentes as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a economia. E, assim, tratou os graves problemas sanitários que se

9 Žižek, S. (2017). *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito* (p. 8).

colocavam com a pandemia com postura negacionista, lançando o país no desgoverno e dando as costas para setores populacionais já gravemente vulnerabilizados. Assim, o que se colocava, de forma explícita, era que para salvar a economia não se podia parar, que a vida devia seguir seu fluxo como se nada estivesse *acontecendo*; nada que de fato tivesse a força necessária para interromper o ritmo cotidiano. Quais as consequências sociais e humanitárias de tal política de governo? Quais as consequências e os efeitos subjetivos de negar um acontecimento?

Os impactos da pandemia não são homogêneos. Há especificidades de múltiplas ordens. Impactos para categorias de profissionais que atuaram na linha de frente, como é o caso dos trabalhadores da saúde, que obtiveram em algum nível reconhecimento social, e outras que, a despeito da excessiva visibilidade, foram esquecidas, como é o caso dos trabalhadores do serviço funerário. A estas heterogeneidades se somam as desigualdades regionais, destacando-se a situação de Manaus (AM).

No âmbito das particularidades, os povos indígenas não só não contaram com uma política de saúde que levasse em consideração as suas particularidades,¹⁰ como os índices e as análises das lideranças indígenas e de especialistas apontam uma direção política que se revela pelos dados:

Um estudo realizado entre a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), divulgado no mês de junho, demonstrou que a taxa de mortalidade pelo coronavírus entre indígenas é 150% mais alta do que a média brasileira, e 20% mais alta do

10 Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>.

que a registrada somente na região Norte. Igualmente preocupante é a taxa de letalidade, ou seja, quantas pessoas infectadas pela doença morreram: entre os indígenas, o índice é de 6,8%, enquanto a média para o Brasil é de 5% e, para a região Norte, de 4,5%. O estudo também revela que a taxa de infecção (por 100 mil habitantes) é 84% mais alta entre indígenas do que a taxa do Brasil.¹¹

Quando o governo brasileiro determinou que não havia acontecimento e que todos deveriam seguir o fluxo normal, negando a dimensão de acontecimento, para onde foram as dores, excessos vividos, testemunhados, perdas sofridas? Como tal situação marcou os profissionais da saúde, os trabalhadores do serviço funerário, trabalhadores da limpeza, os condutores de transportes coletivos, de tantas áreas que não podiam parar? Que lembranças têm? Com quem falam? Se a morte causa desorganização no coletivo, qual o impacto das perdas pela covid-19? Quais os efeitos no corpo/ subjetividade? Sem entrar nas diversas e extensas questões que se colocam com a pandemia de covid-19, agravadas pela particularidade da realidade política que o Brasil vivia, ao abordar e levantar questões sobre *os lutos*, é possível dizer que conferir dimensão de acontecimento à crise sanitária, considerando particularidades, possibilita abrir espaços para que os diversos setores da população e os profissionais das diversas áreas possam falar e encontrar formas coletivas e singulares para elaborar o vivido. Um acontecimento, como nos diz Žižek, interrompe o fluxo, corta o tempo.

11 Brasil. (2020, 26 nov.). Expectativa de vida dos brasileiros aumenta 3 meses e chega a 76,6 anos em 2019. *Agência IBGE Notícias*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29505-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-3-meses-e-chega-a-76-6-anos-em-2019>.

Tempo e escrita do luto

O luto precisa de tempo, nos diz Freud.¹² Se há pouco marquei a distância entre o tempo da experiência que ensejou uma pesquisa de doutorado e o da apresentação do presente texto, talvez os tempos envolvidos neste percurso deixem transparecer que também para este trabalho e sua escrita estão implicados lutos. Um luto se tece em um trabalho de escrita. Também é possível dizer que a escrita (se) tece (em) um trabalho de luto?

Pinho-Fuse, em seu trabalho sobre as tatuagens *in memoriam* como forma de escrita de um luto,¹³ realiza detalhado estudo sobre os modos possíveis de tratamento de uma perda que enseja um luto, questão que a autora correlaciona ao processo contemporâneo de desritualização do luto, por sua vez um efeito da dessacralização da morte, diante da qual o indivíduo é remetido à tarefa de encontrar formas de simbolizar sua perda. Nesta tentativa, o corpo se constitui em suporte para a escrita do luto, um modo possível de subjetivar a perda. Assim, parafraseando o texto lacaniano *O mito individual do neurótico*, Pinho-Fuse propõe as tatuagens como um rito fúnebre individual do neurótico:

propomos ler os modernos cerimoniais fúnebres que reconfiguram os ritos tradicionais como um pequeno “rito individual” que mescla a memória religiosa herdada, os novos valores totêmicos, os modos contemporâneos de compor laços sociais e os gostos e valores da história subjetiva. Se o denominamos “rito individual”,

12 Freud, S. (1980q). Luto e melancolia. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Imago. (Publicado originalmente em [1915]1917).

13 Pinho-Fuse, 2022.

não é por se propor solitário ou privado da presença de terceiros, mas por associar-se a uma busca privativa de homenagem fúnebre e tratamento possível do pensar. . . . A tatuagem fúnebre, enquanto “terapêutica de invenção individual”, opera como uma moldura simbólico-imaginária por meio da qual uma mudança (passagem) na relação com o morto pode se efetuar, sob certas condições.¹⁴

Atenta a que o trabalho de reflexão sobre a proscricção contemporânea do luto não seja tomado como prescrição, a autora aponta que as tatuagens podem ser formas de escrita do luto, algo contingencial e verificável no caso a caso.¹⁵

Alçar ao simbólico uma perda é o trabalho que o luto realiza. Tarefa que, como aponta Freud, não é de simples resolução e guarda enigmas.¹⁶ Se a teoria freudiana do luto é eixo para as reflexões, a estas se somam elaborações de autores contemporâneos da psicanálise, assim como autores de outros campos, como da saúde e da sociologia.

Os textos de Rosa sobre a dimensão sociopolítica do sofrimento são referências para as reflexões aqui desenvolvidas sobre as vicissitudes das perdas em situações de desigualdade e violência.¹⁷ Rosa, ao abordar as diversas situações e contextos que destituem os sujeitos de um lugar de enunciação, capturando seu discurso a partir da lógica da patologização e da criminalização, enfoca o

14 Ibid., pp. 456-457.

15 Ibid.

16 Freud, S. (1980ab). Sobre a transitoriedade. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Imago. (Publicado originalmente em [1915]1916).

17 Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Fapesp; Escuta.

campo social e político, marcado por correlações de forças que, em contextos de trabalho subalternizados, de migrações forçadas e de dimensões conflitivas da lei, impõem sob a igualdade formal a desigualdade social concreta. É este processo de destituição que Rosa nomeia como dimensão sociopolítica do sofrimento:

A prática clínico-política nesse âmbito relança as demandas institucionais, em geral focadas naqueles indivíduos que desorganizam ou atacam as normas institucionais. Estas são relançadas para diagnosticar, não o indivíduo, mas os laços sociais que atualizam os processos de exclusão em curso, e buscar reverter e inverter a direção das práticas de modo que permita a todos a elaboração e seu lugar na cena social. Desse modo permite detectar, sinalizar e intervir nas formas sutis de preconceitos – de classe, de raça ou de gênero – presentes nos mecanismos institucionais que se efetivam pelas práticas ditas científicas que fazem recair sobre indivíduos os acontecimentos, desvinculados da sua história pessoal, familiar, institucional, social e política. Difere de uma abordagem de diagnósticos auto-explicativos, posição que retira artificialmente o sujeito da cena institucional e discursiva, do contexto social e histórico, e seu comportamento pode ser imaginarizado como destituído de sentido, e, desde aí, remetido seja ao campo da causalidade orgânica, da evidência de patologias, seja à dimensão da criminalização.¹⁸

A partir da prática clínica em serviço público de saúde, a circunstância que envolve a morte se impôs como categoria que pode,

18 Ibid., p. 196.

desde o campo sociopolítico, degradar o objeto de amor perdido e impactar o enlutado, tendo como efeito um impedimento do luto. O que aponta o cenário social, histórico, cultural em que se tece um luto. Enfocar estas dimensões tem efeitos na medida em que possibilita reverter discursos patologizantes e medicalizantes que recaem sobre os indivíduos e abstraem o campo social.

Se o luto é um trabalho psíquico de desligamento dos laços libidinais que atam o indivíduo ao seu objeto de amor perdido, ele não é isolado do campo social e é necessário, diz Freud, que o enlutado passe por uma prova de realidade, que tem a função de afirmar a perda sofrida: “Ele não está mais”. Afirmção à qual o enlutado insistirá em se opor, processo doloroso e complexo que pede tempo e condições de elaboração.

Esta consideração freudiana aponta para um reconhecimento que parte do campo social e atua no sujeito possibilitando o registro da perda. No trabalho de desligamento libidinal do objeto de amor perdido que constitui o luto, o reconhecimento é, junto ou anterior à afirmação da perda, a afirmação de um laço com um objeto de amor.

No serviço público de saúde, o que a escuta de mães e familiares apontava era que, a depender das circunstâncias da morte, o campo social dava prova de que não havia perda a ser chorada. Nestes casos, em vez da afirmação da perda, que atua no sujeito com força de desligamento do objeto de amor perdido, o que escutavam era a negação da perda sofrida. Assim, diante da morte de um familiar ou amigo, pode ser que a mensagem não seja de reconhecimento da perda e do morto como objeto de amor. Se, a depender das circunstâncias da morte, o discurso que circula degrada o objeto, como esta mensagem impacta o luto? O que acontece com o afeto de amor que liga o sujeito ao seu objeto?

Tempo e valor e as vidas que importam

O que confere valor a uma vida? Valor e tempo são categorias que caracterizam o modo de produção capitalista e podem lançar luz sobre a particularidade do luto em situação de violência, em que é negado o reconhecimento da perda. São tempos de vida que são eliminados, e vidas para as quais não se diz que “tinham todo um futuro pela frente”.

Como dito anteriormente, as questões aqui levantadas partiram da minha experiência clínica em instituições, e um caso clínico, que passei a nomear “Flor”, tornou-se fio condutor das indagações. O caso se constituiu ao mesmo tempo que recortou um cenário e produziu questões sobre a dimensão social e política do luto, possibilitando que se manifestasse sua condição pública.

Ao ir a uma delegacia de polícia, a mãe de um jovem assassinado, ele nomeado Júnior e ela Flor, recebe uma abordagem que a desampara e silencia. As falas de uma autoridade policial degradam seu objeto de amor e isto tem efeito sobre seu luto – um efeito de impedimento, é isso que passo a escutar de Flor. Assim, o silêncio de Flor é pensado como emblemático de um funcionamento social, e olhar para suas determinações demarca o terreno sobre o qual podem ser erguidas formulações sobre o luto na particularidade de situações de violência, em que o peso da suspeita ou acusação contra a pessoa morta desqualifica-a como o objeto de amor.

Nesta perspectiva, o próprio recorte já aponta que o luto é um processo que se realiza na intersecção entre o subjetivo e o social. Nesta relação se criam recursos socioculturais que medeiam a elaboração de uma perda, assim como o reconhecimento ou a negação de que com a morte há perda. Relacionar o luto às circunstâncias da morte, pensando numa relação de dependência, produz um duplo movimento: traz o espaço-tempo social para o luto e leva o luto

para o espaço-tempo social. Daí a consideração de que o luto não é um processo de natureza privada, mas social e política.

Morte e luto: fenômenos sociais

A morte é evidenciada em sua relação com o campo social e político, contrariando a noção de morte como fenômeno natural. Socialmente determinada, a morte se inscreve nos laços sociais e políticos que tecem e constituem a vida. Esta relação, que faz da morte um acontecimento social, está implicada no luto. Em *Reflexões para os tempos de guerra e morte*, Freud extrai consequências da relação dos homens com a evidência da morte como acontecimento social:

É evidente que a guerra está fadada a varrer esse tratamento convencional da morte. Esta não mais será negada; somos forçados a acreditar nela. As pessoas realmente morrem, e não mais uma a uma, porém muitas, frequentemente dezenas de milhares, num único dia. E a morte não é mais um acontecimento fortuito. Certamente, ainda parece uma questão de acaso o fato de uma bala atingir esse ou aquele homem, mas uma segunda bala pode muito bem atingir o sobrevivente; e o acúmulo de mortes põe um termo à impressão de acaso.¹⁹

Considerar o processo de socialização e politização da morte e do luto permite trazer para o debate um dos espaços em que a

19 Freud, S. (1980aa). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV, pp. 319-330). Imago. (Publicado originalmente em 1915).

morte é socializada e politizada: o campo religioso, para o qual correntemente os indivíduos se dirigem em busca de palavras e explicações para recobrir o furo que a morte abre na existência.

A politização se apresenta na própria naturalização e mistério em que a morte é colocada pelas religiões. Neste campo, a morte é atribuída ao divino, e, se ela se constitui em um limite para a relação entre os homens, não o é para os laços com Deus, pois ela também faz parte de Sua Vontade.

Porém, observar que a morte é registrada como Vontade e em Nome de Deus aponta que a morte, assim como a vida, necessita de registro. Registro que é condição de humanização da morte. A quem ou a que se atribui a morte? Esta é uma pergunta que está implicada na relação do enlutado com a perda de seu objeto de amor.

A morte real necessita de recobrimento simbólico. Esta é a função do luto, subjetivar a perda sofrida. Ao abordar as relações sociais, pelas circunstâncias da morte, é possível identificar impedimentos para o recobrimento, como em *Antígona*, obra cujos elementos contribuem para a abordagem do problema aqui recorrido. A tragédia de Antígona se tece pelo impedimento de sepultar o irmão Polinices. Assim, *Antígona* é tomada como mediação para as reflexões e para suscitar questões sobre o impedimento sofrido por Flor e os efeitos daí decorrentes.

“Antígona” pode ser considerado substantivo plural com o qual nomear as mulheres que são impedidas de chorar a perda dos filhos que deram à luz. Sob a condição de impedimento, essas mulheres são remetidas a um lugar entre duas mortes, formulação utilizada por Lacan, ao discutir a ética da psicanálise, referindo-se a Antígona.²⁰ Trata-se de um lugar-tempo fora dos laços compartilhados.

20 Lacan, J. (1997). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959-1960)* (A. Quinet, Trad.). Jorge Zahar Editor.

Isto que ouvimos Antígona dizer do lugar em que foi lançada e a partir de onde clama por testemunho.

O caso aqui apresentado, Flor, evidencia que há circunstâncias que podem impedir o recobrimento da morte como Vontade Divina. Nesse processo, cai o véu que possibilita atribuir à morte uma dimensão de mistério. Se diante da Vontade de Deus os homens devem se resignar e dela não querer saber, mas crer, ao não poder atribuir a morte a Esta Vontade, pergunta Flor: em nome de que ou de quem seu filho morreu? Este é o reconhecimento que ela pede. Um nome para recobrir e assim humanizar a morte de seu filho. Luta que é a de Antígona, sepultar seu irmão Polinices e, com este ato, que o corpo do irmão não permaneça insepulto, pois, nesta condição, não há passagem para o outro mundo, onde os mortos são recebidos; não há passado nem memória, mas apenas presente, condição *unheimlich*.

Estas são questões que estão na indagação sobre as circunstâncias violentas da morte e suas implicações para o luto, na medida em que se estabelece um processo de indiferenciação entre morte e circunstâncias, e esta indiferenciação oferece terreno para a negação da morte como perda.

Ariès e Elias, ao abordarem as mudanças histórico-sociais com relação à morte, afirmam que na sociedade contemporânea a morte constitui o que representou a sexualidade para a sociedade vitoriana: tema proibido.²¹ Exemplo disso é que não se deve falar dela na frente das crianças, tampouco se permite que estas presenciem velórios e enterros.

21 Ariès, P. (2000). *O homem perante a morte* (A. Rabaca, Trad.). Publicações Europa-América, 2000; Elias, N. (2001). *A solidão dos moribundos* (P. Detzen, Trad.). Jorge Zahar Editor.

Ainda que por caminhos diferentes da abordagem desses dois autores, Abraham e Torok afirmam que o luto é matéria sacrílega e exemplificam o caráter sacrílego do luto a partir do próprio mal-entendido entre Freud e Abraham. O mal-entendido não é independente da matéria abordada, pois todos sentimos aversão a penetrar nas tramas do luto:

Tal série de mal-entendidos não pode ser atribuída ao efeito de um puro acaso. Abraham pressente a fecundidade de seu achado, ele insiste e nós compreendemos. Mas, o que pensar de tal resistência por parte de Freud com relação a uma observação clínica? Ela ilustra a aversão que sentimos em penetrar, de maneira sacrílega, na natureza íntima do luto. Não é de espantar que, por falta de encorajamento do mestre, Abraham será levado a minimizar o alcance desse tema. Ele não lhe reservará, na verdade, senão um lugar restrito no artigo decisivo de 1924 – “Esboço de uma história do desenvolvimento da libido baseado na psicanálise das perturbações mentais”, sem extrair as consequências teóricas e clínicas que ela implica.²²

As formulações desses autores podem possibilitar, para além das dificuldades por eles apontadas, advertir sobre o recalque que recai sobre as dimensões da desigualdade social da morte e do luto.

A morte tem circunstância, e tanto a morte como suas circunstâncias revelam desigualdades de classe. Se as condições desiguais de vida na sociedade capitalista são reconhecidas, a despeito dos recorrentes e inúmeros casos de mortes violentas que mostram a

22 Abraham, N., & Torok, M. (1995). *A casca e o núcleo* (M. J. R. F. Coracinil, Trad.; p. 217). Escuta.

face racista e desigual da sociedade que produz mortes evitáveis, vige um silêncio e se convive com indiferença em relação a estas.

Ao abordar o luto, uma pergunta guia este trabalho: em que circunstâncias a perda foi sofrida? Procurando destacar três aspectos: a situação em que ocorreu a morte; o reconhecimento público e social de que houve perda; e o espaço-tempo do e para o luto.

Esses três aspectos remetem aos lugares da morte e do luto, e, no caso específico de onde partem as questões aqui apresentadas, os lugares se referem: ao lugar em que ocorreu a morte, uma favela; ao espaço da rua, local em que o corpo foi encontrado; ao espaço do serviço público de saúde ao qual foi demandado tratamento; ao território de localização do serviço de saúde e de moradia da pessoa que procurou o tratamento; ao lugar-funcionamento psíquico do trabalho de desligamento do objeto de amor e dos caminhos do amor.

Estas dimensões de lugar indicam o reconhecimento da morte como perda como resultado da articulação entre o singular, o social e político. E o luto é correlativo a esta articulação, porque é com base nela que o luto é autorizado, ou, pelo contrário, sofre proibição e, com esta, impedimento.

O luto, longe de ser uma experiência individual isolada dos laços sociais, é experiência subjetiva, mediada histórica, social e culturalmente. Mas, se essa consideração aponta a importância do campo social para o luto, também importa pensar como reverbera no campo social a relação que este mantém com o luto.

Com relação a este movimento, refiro-me sobretudo a mortes públicas, como o massacre do Carandiru em 1992, que resultou em 111 mortos; a chacina da Candelária em julho de 1993, com dez pessoas assassinadas, entre elas oito crianças e adolescentes e dois adultos, e muitos outros feridos; e o massacre de Eldorado

do Carajás, que resultou em dezenove mortes. Estas são algumas situações em que pode se falar de dimensões públicas do luto.

A fim de abordar a problemática apontada, no primeiro capítulo, apresento fragmentos da análise de um caso clínico. É importante ressaltar que este caso não constituía uma situação isolada, pelo contrário, inscrevia-se em um contexto que apresentava um quadro de violência. Compõem esse capítulo comentários sobre a abordagem dos sintomas em psicanálise, de modo a problematizar os encaminhamentos dados com base unicamente nos Códigos de Classificação de Doenças, em sua versão CID-10. No segundo capítulo apresento o modo de funcionamento do serviço na relação com a demanda. Na segunda parte, dividida em três capítulos, apresento hipóteses e articulações teóricas com o caso Flor. As articulações são feitas com base no referencial teórico psicanalítico. Como recurso de mediação para as análises, apoio as reflexões em excertos de duas obras clássicas da literatura: *Antígona*, de Sófocles, e *Hamlet*, de Shakespeare.²³

O silêncio porta um tempo sem movimento, e a introdução da dimensão diacrônica e sincrônica do tempo aparece como possibilidade de saída do impedimento pela recuperação do passado histórico que lança questionamentos. Nessa linha de análise, a palavra como narrativa e o tempo como movimento são operadores para o trabalho do luto. Assim, com Benjamin, lanço interrogações, objetivando que elas sejam centelhas que retirem da obscuridade fenômenos que, por serem tomados como sacrílegos, pouco são interrogados.

Levanto hipótese sobre cálculos que estão implícitos no reconhecimento dado ou negado à morte como perda. Por fim, no

23 Sófocles. (2003). *Antígona* (M. Fernandes, Trad.). Paz e Terra. (Publicado originalmente em 441 a.C.); Shakespeare, W. (2010). *O primeiro Hamlet – in-quarto de 1603* (J. R. O’Shea, Trad.). Hedra. (Publicado originalmente em 1603).

último capítulo, de modo resumido, sistematizo uma intervenção orientada pela perspectiva da saúde coletiva e pelo referencial psicanalítico, numa perspectiva clínico-política. Nessas perspectivas, o território se constituiu em espaço de ação para a construção da experiência compartilhada, coletiva, do luto.

Nesta obra, a autora detecta de forma inédita o modo de operação dos processos autoritários sobre o sujeito em situações de violência e subalternização – o impedimento do luto aí comparece como estratégia política de silenciamento. Avança também na direção do tratamento dessas questões, fundamentando a prática psicanalítica clínico-política realizada no território onde os sujeitos tecem seus cotidianos, moram, trabalham, nascem e morrem. Este trabalho foi um dos que fundamentou e alicerçou o lugar da política na clínica psicanalítica quando a maioria dos psicanalistas julgava ser a política um campo exterior ao campo psicanalítico, ou que a psicanálise poderia contribuir para a análise filosófica e/ou para a crítica social das violências, sem desdobramentos para a prática clínica, sem a escuta dos sujeitos enredados nessas tramas de poder.

Miriam Debieux Rosa

Excerto do Prefácio



www.blucher.com.br

Blucher



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

Do luto impedido ao luto coletivo

Um caso clínico-político

Sandra Luzia de Souza Alencar

ISBN: 9788521223627

Páginas: 288

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2024
